

NOVE MESES DEPOIS DA SUA CRIAÇÃO

ADIN continua ausente no dia-a-dia de milhares de deslocados em Cabo Delgado



Nove (09) meses depois da sua criação, a Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN) continua sendo uma instituição ausente e sem nenhum impacto no dia-a-dia da população de Cabo Delgado. Os mais de 500 mil deslocados espalhados pelas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa não sabem da existência da ADIN, pois a agência não está a prestar assistência humanitária às pessoas directa e indirectamente afectadas pelo extremismo violento.

Entre meados de Outubro e início de Novembro, a Cidade de Pemba transformou-se num palco do drama humanitário devido à chegada massiva de pessoas que fugiam dos ataques terroristas nos distritos do litoral de Cabo Delgado, incluindo nas ilhas do Arquipélago das Quirimbas. Dados da Organização Internacional para

Migrações (OIM) indicam que de 16 de Outubro a 11 de Novembro chegaram à Pemba mais de 14,4 mil deslocados. Trata-se de pessoas que desembarcavam na Praia de Paquitequete após três a cinco dias de viagem pelo mar em barcos sobrelotados e sem condições de segurança. Aliás, um dos barcos naufragou e causou a morte de pelo menos 30 pessoas, segundo dados do Governo.

Depois de Pemba - que actualmente conta com mais de 100 mil deslocados maioritariamente acomodados em casas de familiares e/conhecidos, o palco do drama humanitário passou para Montepuez, cidade localizada a 200 quilómetros da capital de Cabo Delgado. É na vila autárquica de Montepuez onde desembarcam milhares de deslocados que fogem dos ataques nos distritos de Muidumbe e Mueda. Até semana passada, pelo menos

50 mil deslocados tinham chegado na vila de Montepuez, segundo dados do Governo distrital. A viagem de Mueda a Montepuez é feita em camionetas e carrinhas de caixa aberta que cobram 750 meticais por pessoa. A estrada que liga Montepuez e Mueda é de terra batida em toda a sua extensão de 200 quilómetros.

Tanto em Pemba quanto em Montepuez, não houve nenhuma intervenção da ADIN na assistência aos milhares de deslocados que demandam todo o tipo de ajuda. É por conta e risco próprios que as pessoas fazem longas viagens à procura de um destino seguro. Criada em Março e lançada oficialmente em Agosto, a ADIN tem mandato transversal, pois (devia) actuar em várias áreas, com destaque para assistência humanitária (assistência às vítimas dos ataques terroristas, incluindo deslocados); desenvolvimento económico (criação de



oportunidades de emprego e formação para jovens, promoção de iniciativas de investimento para as comunidades e construção de infra-estruturas); resiliência comunitária e capital humano (apoiar e orientar iniciativas de desenvolvimento para as comunidades, apoiar mecanismos de participação e de responsabilização, e promover o empoderamento da rapariga e da mulher).

No discurso que marcou o lançamento da ADIN, o Presidente da República disse que a agência tem o mandato de promover acções de carácter multissetorial para o desenvolvimento socioeconómico da região norte. Filipe Nyusi fez questão de lembrar que o anúncio da constituição da agência há cinco meses gerou grandes expectativas no seio dos moçambicanos residentes naquela região, sobretudo a população afectada pelo terrorismo.

Na altura, o Governo afirmou que o lançamento oficial da ADIN marcava o início das suas actividades, mas o facto é que a agência ainda não tem um plano estratégico. A discussão da Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte iniciou em Setembro e a previsão é que seja aprovado pelo Conselho de Ministros ainda este ano. O debate da estratégia não é um processo aberto, muito menos inclusivo. A elaboração da estratégia decorre em paralelo com a mobilização de fundos para financiar os projectos da agência. São 764 milhões de dólares que o Governo está a mobilizar junto de parceiros multilaterais e bilaterais.

Para a fase inicial, estão previstos projectos no valor de 383,8 milhões de dólares, todos desenhados no âmbito do plano de emergência para assistência humanitária às vítimas dos ataques terroristas. Mas até aqui o Governo só conseguiu mobilizar 19 milhões de dólares, que serão divididos em 12,6 milhões de dólares para a promoção da produção agrária e pesqueira; 3,4 milhões para saúde; e 3 milhões de dólares para abastecimento de água e saneamento.

Além das dificuldades financeiras, a falta de dinamismo da actual liderança da ADIN é uma das causas para o desaparecimento da instituição criada para aliviar o sofrimento da população da região norte, com foco em Cabo Delgado. Numa altura em que esta Província é palco de ataques terroristas, a ADIN poderia desempenhar um papel importante na busca de soluções para o problema, através de criação de condições sociais e económicas que desencorajem os jovens a juntar-se aos grupos extremistas. Mas para tal, seria necessário que a agência fosse liderada por jovens com ideias criativas e inovadoras, jovens cheios de energia para correr e pôr a instituição a correr. Apesar de vasta experiência, Amando Panguene, diplomata reformado de 77 anos, já não tem o dinamismo que se requer para pôr a ADIN ao serviço da população. Ontem, terça-feira, o Conselho de Ministros analisou o funcionamento da ADIN, mas não deu informações relentes sobre as constatações feitas.

Passagem da tutela da ADIN para Celso Correia não dinamizou a agência

No dia 17 de Junho, o Conselho de Ministros aprovou o decreto de delegação de competências do exercício de tutela administrativa sobre a ADIN ao Ministro que superintende a área do Desenvolvimento Rural. Em outras palavras, a ADIN deixava de ser uma instituição tutelada pelo Conselho de Ministros e passava à tutela de Celso Correia, Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

O Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD)¹ defendeu, na altura, que a ADIN devia permanecer sob tutela do Conselho de Ministros, órgão que tem, entre outras competências

constitucionais, dirigir e coordenar as actividades dos ministérios e outros órgãos subordinados. Estando sob tutela do Conselho de Ministros, a direcção da ADIN continuaria a prestar contas ao Primeiro-Ministro, figura que, nos termos da Constituição da República, tem a responsabilidade de coordenar e controlar as actividades dos ministérios e outras instituições governamentais.

Pela sua natureza, a ADIN tem uma visão holística de desenvolvimento e uma actuação transversal que abrange todos os sectores económicos e sociais do Governo, pelo que não faz sentido a sua direcção responder a um Ministro responsável por

¹ <https://cddmoz.org/governo-passou-tutela-da-adin-para-celso-correia-tutela-da-agencia-de-desenvolvimento-integrado-do-norte-deve-ser-devolvida-ao-conselho-de-ministros/>

um único sector, nomeadamente o sector agrário e de desenvolvimento rural. O CDD defendeu ainda que o sucesso da missão da ADIN passa obrigatoriamente por um trabalho coordenado com vários sectores representados por diferentes ministérios, e não apenas o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, apesar da sua importância estratégica.

Na sua actuação, a ADIN deverá interagir, coordenar actividades e estruturar os seus projectos de desenvolvimento integra-

do com titulares de vários ministérios, por isso o CDD sempre defendeu que a tutela da agência devia ser devolvida ao Conselho de Ministros para conferir maior peso político à sua direcção. O Presidente da ADIN deve trabalhar directamente com o Primeiro-Ministro, figura que, pela natureza do cargo e das funções que exerce, tem uma visão política global e integrada do desenvolvimento sócio-económico, e não uma visão sectorial como é o caso de um Ministro.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

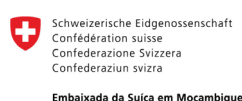
PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique



Kingdom of the Netherlands

